

1 ATA DA REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO SUBCOMITÊ OESTE DO COMITÊ  
2 DE BACIA DA REGIÃO HIDROGRÁFICA DA BAÍA DE GUANABARA E DOS  
3 SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ, realizada no dia 08 (oito)  
4 de fevereiro de dois mil e vinte quatro, às 14h30min, por videoconferência, na forma  
5 remota, com quórum de segunda chamada, gravação disponível, com os seguintes  
6 pontos de pauta: **1) Aprovação da Pauta; 2) Homologação de entrada Instituto**  
7 **Chico Mendes de Biodiversidade – ICM BIO na Plenária do subcomitê Oeste; 3)**  
8 **Aprovação das Atas, dias 10/10/2023 e 04/12/2023; 4) Organização de definição**  
9 **de pautas e critérios para adesões comuns a todos os Grupos de Trabalhos -**  
10 **GTs e marco de contribuições; 5) Aprovação do calendário Anual de Reuniões**  
11 **Ordinárias; 6) Avaliação do Apoio de Projetos de Educação Ambiental no**  
12 **território do Subcomitê; 7) Proposta de Monitoramento da poluição na Foz do**  
13 **rio Sarapuí e seus impactos no rio e nas famílias dos pescadores; 8)**  
14 **Apresentação do investimento de execução das obras e serviços de**  
15 **infraestrutura e saneamento rural e periurbano, recorte nos municípios**  
16 **localizados na bacia do Subcomitê-Oeste da Região Hidrográfica V; 9) Desafios**  
17 **da segurança hídrica nas bacias do Subcomitê Oeste e os impactos dos**  
18 **eventos extremos; 10) Apoio aos projetos de infraestrutura verde, através de**  
19 **contratação de equipe técnica para elaboração de projetos de restauração**  
20 **florestal – “Habilitação em Projetos - Floresta Viva”; 11) Informes Gerais.**  
21 Iniciada a reunião com o item **1) Aprovação da Pauta**. José Paulo Azevedo sugeriu  
22 a inserção do ponto de pauta “Homologação de entrada do Instituto Chico Mendes  
23 de Biodiversidade - ICM BIO na Plenária do subcomitê Oeste”, em seguida ao item  
24 1. Inclusão aprovada por todos. **2) Homologação de entrada Instituto Chico**  
25 **Mendes de Biodiversidade - ICM BIO na Plenária do subcomitê oeste** - Sobre a  
26 entrada da instituição, José Arnaldo indagou se havia algum membro da instituição  
27 presente em reunião, não havendo nenhum representante presente, foi homologada  
28 a entrada da instituição à Plenária do Subcomitê Oeste. **3) Aprovação das Atas,**  
29 **dias 10/10/2023 e 04/12/2023**. Sobre a aprovação das atas, Alexandre Buzzani  
30 solicitou a exclusão de sua presença na ata do dia 10/10/2023, pois sua presença  
31 constava em ata, mas ele afirmou que não havia participado da reunião. Em seguida,  
32 José Arnaldo leu a minuta de ata da reunião, ocorrida no dia 10/10/2023 e questionou  
33 aos membros se possuíam alguma alteração ou correção a ser feita. Não havendo  
34 objeções, a ata da reunião, ocorrida em 10 de outubro de 2023, foi aprovada por  
35 unanimidade. Sobre a ata da reunião do dia 04/12/2023, José Arnaldo leu a minuta  
36 da ata e sugeriu algumas substituições a serem feitas. Substituições aplicadas, mas  
37 devido à desalinhada redação da ata da reunião dia 04 de dezembro de 2023, foi  
38 decidida a reelaboração da ata, para posterior envio, juntamente com o documento

R. da Quitanda, 185- sala 402  
Centro, Rio de Janeiro- RJ  
CEP: 20091-005  
TEL: (21) 2531-0309  
[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)



39 do Programa Anual de Atividades e Desembolso – PAAD 2024 e a gravação da  
40 reunião para conferência e análise dos membros. **4) Organização de definição de**  
41 **pautas e critérios para adesões comuns a todos os Grupos de Trabalhos - GTs**  
42 **e marco de contribuições** - José Paulo Azevedo informou que na gestão anterior  
43 do Subcomitê Oeste, verificando as diversidades das bacias pertencentes ao trecho  
44 Oeste, foi constatado que as bacias não são homogêneas entre si, como exemplo citou  
45 a vertente norte da Serra da Carioca e Iguaçu-Sarapuí. Ao organizar os Grupos de  
46 Trabalho das subbacias, que foi aprovado em reunião da Águas do Rio em Nova  
47 Iguaçu, foi aberto um questionário para os que possuíssem interesse em participar,  
48 se inscrevessem. Após essa reunião não houveram mais inscritos. Os Grupos de  
49 Trabalho de subbacias não possuem caráter decisório pois são grupos de trabalhos  
50 locais feitos para discutir questões locais e posteriormente trazer para o subcomitê  
51 como pauta. Explicou que a Jacqueline havia dado como contribuição, a ideia de que  
52 a entrada de novos membros nesses Grupos de Trabalho fosse precedida de uma  
53 consulta sobre a pertinência de sua entrada. Esses Grupos de Trabalho irão sugerir  
54 pautas e a coordenação reunirá os assuntos comuns, assim como a realização de  
55 oficinas, independente dos Grupos de Trabalho. O subcomitê captará melhor as  
56 demandas e conseguirá ser mais justo nessa representação das subbacias. Após  
57 discussões, os membros decidiram que o José Paulo Azevedo, com a ajuda do José  
58 Avelar e da Gisele Pires, deverá elaborar um documento que sintetiza toda a proposta  
59 presente nesse item de pauta, para posterior apresentação e em seguida, ser  
60 deliberada ou não pelo Subcomitê, na próxima reunião que ocorrerá no dia 16 de  
61 maio. **5) Aprovação do calendário Anual de Reuniões Ordinárias.** Gisele Pires  
62 apresentou as datas sugeridas pela Carolina Martins, para o ano de 2024, via chat,  
63 são elas, 08 de fevereiro; 16 de maio; 15 de agosto; e 14 de novembro, às 13:30h.  
64 José Paulo Azevedo solicitou à secretaria executiva o envio do calendário anual  
65 contendo todas as reuniões. Em seguida, foram colocadas em votação as datas  
66 aprovadas por todos. José Arnaldo solicitou, à secretaria executiva, o envio da  
67 composição atualizada e uma planilha com o controle de presença dos membros. **6)**  
68 **Avaliação do Apoio de Projetos de Educação Ambiental no território do**  
69 **Subcomitê.** Jacqueline Guerreiro explicou de onde surgiu a demanda do Macro  
70 programa de Educação Ambiental o qual ficou com duas rubricas: Elaboração do  
71 Plano de Educação Ambiental e Apoio a Projetos. Em relação ao Plano de Educação  
72 Ambiental, houve um processo de várias instâncias do Comitê que se mobilizaram  
73 para criar o edital que já possuía estudo aprovado. Porém, quem ganhou a licitação  
74 foi uma empresa de engenharia sem expertise em educação ambiental. Um  
75 movimento político, baseado num parecer técnico da coordenação da CTEM da  
76 época, conseguiu a anulação do edital, retornando o processo desde o início. Na



77 atual gestão houve um consenso de que as Diretrizes de Educação Ambiental  
78 continuassem a ser elaboradas, antes dos dois processos de contratação serem  
79 publicados. Foram feitas diretrizes mais concretas com visão para o futuro. Após  
80 elaboradas e aprovadas, a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilização -  
81 CTEM, encaminhou uma solicitação à delegatária de que a partir desse momento as  
82 duas rubricas, anteriormente citadas, poderiam ser lançadas. Por fim, explicou que o  
83 motivo de sua apresentação são as dúvidas que os membros dos subcomitês  
84 possuem sobre a segunda rubrica (apoio a projetos). Explicou que nessa rubrica  
85 possuem recursos para apoiar o total de 10 (dez) projetos de Educação Ambiental,  
86 cada um no valor de R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais). A resolução define que  
87 o percentual para cada Subcomitê Leste e Oeste é de 30% e para cada um dos quatro  
88 subcomitês lagunares, o percentual de 10%. Tanto o Subcomitê Leste quanto o  
89 Subcomitê Oeste terão recursos para apoiar três projetos. Houve uma decisão  
90 durante a Plenária do Comitê, que a rubrica, de apoio a projeto, será realizada através  
91 de edital por demanda espontânea, de 5 (cinco) subcomitês, exceto o subcomitê  
92 Lagunar da Lagoa Rodrigo de Freitas – LRF, que será realizado por demanda  
93 induzida, pois o mesmo já havia deliberado, há muito tempo, um projeto de Educação  
94 Ambiental. Sobre o edital de demanda espontânea, Jacqueline Guerreiro informou  
95 que o projeto será lançado e os interessados apresentarão suas propostas de  
96 projetos. Dentre os aprovados, cada subcomitê selecionará qual irá apoiar. Em  
97 seguida, sugeriu que o subcomitê elencasse suas prioridades de projetos, através de  
98 uma lista, pois na hipótese de que se tenha muitos projetos nesse edital, os  
99 subcomitês terão um trabalho muito grande para avaliar cada um dos projetos  
100 apresentados. Caso o subcomitê elencasse suas prioridades, facilitaria na hora da  
101 escolha dos projetos. Jacqueline declarou que, outra dúvida muito recorrente é se as  
102 instituições que compõem os subcomitês, poderiam apresentar os projetos. Foi  
103 informado que sim, mas que as instituições não poderão participar, em momento  
104 algum, das discussões dessas rubricas. Como exemplo, citou que nenhuma  
105 instituição, que compõe a plenária da Câmara Técnica de Educação Ambiental -  
106 CTEM, na gestão atual e na gestão anterior, poderá enviar propostas de projetos.  
107 Ressaltou que nessa rubrica haverá também, uma gerenciadora de projetos que  
108 deverá ter um perfil na dimensão da educação ambiental. Os membros elogiaram a  
109 apresentação da Jacqueline Guerreiro, fizeram suas considerações e tiraram suas  
110 dúvidas. Foi solicitado, à Jacqueline Guerreiro, o envio dos documentos norteadores  
111 do Projeto de Educação Ambiental (políticas públicas) e diretrizes de Educação  
112 Ambiental, aprovados em Plenária do Comitê, que embasaram o edital, para logo em  
113 seguida o item de pauta ser encerrado. **7) Proposta de Monitoramento da Poluição  
114 na Foz do rio Sarapuí e seus impactos no rio e nas famílias dos pescadores.**

R. da Quitanda, 185- sala 402  
Centro, Rio de Janeiro- RJ  
CEP: 20091-005  
TEL: (21) 2531-0309  
[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)



115 José Paulo Azevedo informou que, há muito tempo, é visto na Programação Anual  
116 de Atividades e Desembolso - PAAD, a questão do monitoramento, qualidade do  
117 pescado e uma série de assuntos que surgiram da Secretaria do Estado do Ambiente  
118 e Sustentabilidade – SEAS. O Comitê aportou o recurso de R\$10.000.000,00 (dez  
119 milhões de reais) em algo que se vem defendendo há muito tempo, que seria realizar  
120 o monitoramento do chorume na região onde é observada uma deterioração da  
121 qualidade da água e a morte do manguezal. Inclusive, já foram feitas diversas  
122 denúncias, o próprio Instituto Estadual do Ambiente – INEA, afirmava que não havia  
123 poluição de chorume. Salientou que o tempo é muito curto e não conseguiriam  
124 desenvolver o assunto em reunião, mas o fato é que naquela região é recebido o  
125 esgoto desde o município do Rio de Janeiro descendo pela Baixada Fluminense,  
126 além da poluição das indústrias e do chorume. Em uma roda de conversa, do GT  
127 Pesca Artesanal, onde foram discutidas essas questões, José Paulo declarou  
128 surpresa ao saber da quantidade de denúncias encaminhadas e reconhecidas.  
129 Declarou que, já estava mais do que na hora, de desenvolver uma série de ações  
130 que passam pelo Subcomitê Oeste, onde está localizada a foz desse rio. Por fim,  
131 sugeriu que o subcomitê interaja com o GT Pesca Artesanal e com a Câmara Técnica  
132 Costeira - CTCOST para que façam sugestões de encaminhamentos, na direção do  
133 monitoramento dessa poluição na foz do rio Sarapuí. José Avelar declarou que,  
134 enquanto subcomitê, pode-se pedir o monitoramento nas áreas de divisas dos  
135 municípios, não em pontos centrais e que seja realizado, em cada divisa, o  
136 monitoramento para saber como cada município está contribuindo para a  
137 contaminação dessa bacia. A partir dessas informações, poderia ser traçado um  
138 plano de ação em função de quem está contaminando mais ou menos. O  
139 monitoramento terá ações para discutir em reunião e poder levar o poder municipal  
140 com sua contribuição naquele trecho em que está se usando. Por fim, declarou que  
141 se deve agir na causa e não no efeito da poluição. Luciana Falcão lembrou que no  
142 contrato de monitoramento, que é executado pela OCEANUS, deve possuir esses  
143 dados, pois possui quatro pontos de monitoramento no rio Iguaçu e três no rio  
144 Sarapuí. Esse monitoramento é realizado há pelo menos 2 (dois) anos. Por fim  
145 salientou a importância de consultar esses dados para melhor avaliação do item de  
146 pauta. Em consulta anterior, pode-se constar que os pontos monitorados pela  
147 OCEANUS não ficam localizados na foz do rio, mas um pouco antes e que nesses  
148 pontos o chorume não é monitorado. Gisele Pires salientou que essa ação e  
149 preposição é de extrema importância para o Subcomitê Oeste, mas é algo que lhe  
150 chama muito a atenção, pois, é a bacia que possui o maior número de estudos e  
151 observa-se que os membros não leem tais estudos. Gisele Pires informou que está  
152 acompanhando o trabalho que a OCEANUS está executando, que é de um grau de



153 excelência muito elevado. Tem algumas proposições que são feitas em reunião que  
154 é somente falta de leitura e de acompanhamento e pertencimento sobre o que é  
155 demandado para a AGEVAP que cumpre, mas há pouca adesão em absorver os  
156 documentos que foram gerados com as informações. Salientou que acha importante  
157 ter um resumo dos dados de monitoramento coletados pela OCEANUS, para auxílio,  
158 já que muita das proposições que surgem já estão englobadas dentro dos estudos  
159 propostos pela própria AGEVAP. Expressou não saber como a AGEVAP pode nivelar  
160 esses conhecimentos, de uma maneira que seja compreensível desde um professor  
161 - PHD até um pescador, pois é importante que as pessoas entendam as informações  
162 mínimas que já foram levantadas da bacia ao longo dos anos, para poder fazer com  
163 que a geração de conselheiros atual possa efetivamente a partir da teoria para a  
164 prática. Pois no momento presente, os conselheiros terão de se pronunciar e auxiliar  
165 a população da bacia, que está sendo sacrificada, em alguns lugares em estado de  
166 abandono, no sentido de ações em decorrência das ações das mudanças climáticas.  
167 Expressou que é muito importante que não se demande mais estudos sem antes ler  
168 os que já foram gerados, pois, se os relatórios da OCEANUS forem pegos com os  
169 pontos de monitoramento, se tem excesso de pontos de monitoramento, ajudaria  
170 auxiliar na identificação. Sabe-se que a comissão do Sarapuí vai além do município,  
171 é uma política de contribuição industrial e os atores já são conhecidos de onde vem.  
172 É uma articulação muito complexa, para o Subcomitê Oeste realizar e tentar  
173 implementar uma remediação para que os pescadores não sejam prejudicados, como  
174 estão sendo naquela região, pois realizar estudos sem avançar para a parte prática,  
175 é muito sacrificante para quem está na ponta. Por fim, se desculpou sobre sua fala,  
176 mas é algo que não tem mais tempo hábil para ficar solicitando mais estudos. O José  
177 Arnaldo concordou com a fala da Gisele e se solidarizou com os pescadores e ao  
178 Gilciney. Em conclusão, sugeriu convidar a OCEANUS para apresentar seus dados  
179 de monitoramento, citou em concordância, uma fala do Gilciney, de que os órgãos  
180 ambientais estão condescendentes com a poluição dos atores já conhecidos. Sugeriu  
181 que tudo aquilo está sendo em ênfase, como exemplo, há uma denuncia clara dos  
182 pescadores quanto à presença de chorume. Em seguida questionar se o Subcomitê  
183 Oeste já solicitou ao Instituto Estadual do Ambiente - INEA para informar quem está  
184 liderando o chorume daquele empreendimento, o que está no licenciamento e o que  
185 está no monitoramento, para que quando se possuir os dados, conseguir corroborar  
186 algum debate com o Ministério Público do Estado Do Rio de Janeiro – MPRJ, para  
187 que se possa pegar tudo aquilo que já existe de qualidade, como anteriormente citado  
188 pela Gisele e substanciar uma proposta de defesa para o corpo hídrico já que essa é  
189 a missão do subcomitê. Como encaminhamento sugeriu que seja prevista, nesse  
190 tema, uma apresentação da OCEANUS de forma mais palatável com os dados

R. da Quitanda, 185- sala 402  
Centro, Rio de Janeiro- RJ  
CEP: 20091-005  
TEL: (21) 2531-0309  
[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)



191 atuais, como é feito no Índice de Qualidade das Águas - IQA, com a finalidade de  
192 trazer o que evidencia de seu monitoramento, os contaminantes e o que estão nos  
193 relatórios. Solicitar também aos órgãos ambientais ou quem quer que tenha de ser  
194 solicitado para essa defesa. Gilciney Lopes explanou que está trabalhando no  
195 monitoramento do choro desde o ano de 2010, no Rio Iguaçu. Falou sobre o  
196 sofrimento da comunidade pesqueira que está sendo dizimada por rejeitos químicos  
197 de empresas e choro. Infelizmente sobre o choro não se pode comparar, pois  
198 o que foi feito antes no ano de 2010, como exemplo: precisar de guindastes para  
199 eliminar o que foi realizado lá dentro. Declarou que a situação não está boa, com  
200 relação à omissão da fiscalização que está acontecendo todos os dias desde o ano  
201 de 2010 até os dias atuais. No ano de 2024, o produto choro está descendo em  
202 grande escala para dentro do rio Sarapuí, Iguaçu e toda a área da Baía de  
203 Guanabara, o que resta saber é como fazer para mostrar essa qualidade de produto  
204 que está sendo lançado dentro do manguezal e do rio. Declarou está preparando  
205 alguns documentos e algumas provas atualizadas, mas que isso exige tempo e esse  
206 material está sendo providenciado dentro do GT Pesca, criando um outro grupo, pois  
207 somente o GT Pesca não suporta todas as demandas, nem todos os integrantes  
208 conseguem participar de todas as situações de monitoramento. Sendo assim, foram  
209 criados dois grupos, onde serão levados a conhecimento de todos. Mas no momento  
210 não se pode mostrar que ainda não possuem como provar, diante as autoridades  
211 públicas, a omissão da fiscalização. Salientou que a situação está crítica, pois não  
212 existe mais pescado e nem caranguejo na área, futuramente não existirá mangue e  
213 não existirá pescadores, porquê, praticamente, Gilciney é um dos últimos  
214 pescadores, pois a maioria se desviou para outras funções de trabalho, inclusive  
215 declarou estar passando por problemas de saúde em decorrência da situação em  
216 que está vivendo, mas se o mesmo desistisse muitos morreriam. Possui pontos  
217 dentro do Jardim Gramacho, nas comunidades civis, onde foi identificado dentro dos  
218 poços artesianos a presença de choro. Fazer estudos para atuar mais  
219 severamente dentro da situação que está acontecendo, que já foi mostrada em todas  
220 as redes sociais, tem também as audiências públicas, tudo o que foi feito pelo Gilciney  
221 não é novidade para ninguém e o que falta agora é tomar a atitude de criar uma  
222 comissão e ir lá dentro mostrar a situação. Não uma simples comissão já que o  
223 subcomitê é composto por pessoas muito competentes para compor essa comissão,  
224 trazer órgãos como o INEA, poder público, fiscalização, saúde pública e diversos  
225 outros órgãos para mostrar o que realmente está acontecendo, já que, o que ele vem  
226 mostrando nas redes sociais é, até então, 10% do problema, e a gravidade ali dentro  
227 é muito maior do que se comparado dentro do município. Explanou que as coisas  
228 estão acontecendo ao contrário, o efeito colateral está recaído sobre os pescadores

R. da Quitanda, 185- sala 402  
Centro, Rio de Janeiro- RJ  
CEP: 20091-005  
TEL: (21) 2531-0309  
[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)



229 e suas famílias, além de surtir efeito também dentro da comunidade civil, já que o  
230 pescado está contaminado, ao efetuar a compra deste pescado a comunidade se  
231 contamina também. Os membros agradeceram e elogiaram a atuação do Gilciney.  
232 Após discussões, foi decidida a disponibilização dos links de acesso ao  
233 monitoramento já realizado pela OCEANUS, convite à OCEANUS para fazer uma  
234 apresentação dos dados e indicadores do monitoramento para facilitar o  
235 entendimento, realização de uma reunião (Roda de Conversa) com a presença da  
236 OCEANUS, GT Pesca Artesanal, GT Chorume e GT Monitoramento para discussão  
237 do assunto no dia 29 de fevereiro às 13:30h. A reunião foi encerrada e os **pontos de**  
238 **pauta 8, 9 e 10** serão discutidos na próxima Reunião Extraordinária - R.E, caso não  
239 tenha tempo hábil para todos os pontos de pauta, os itens de pautas restante serão  
240 encaminhados para a próxima Reunião Ordinária - R.O, sem mais nada a declarar,  
241 eu, Maria Clara Pimentel da Silva, transcrevi esta ata e dou fé.

242  
243

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2024.

244

245

246

247

248

249

250

José Arnaldo de Oliveira

251

Alexandre Anderson de Souza

252

Gisele Dornelles Pires

253

**Coordenação do Subcomitê Oeste**

254

255 **Presentes:**

256 **Poder Público:** Conselho Regional de Biologia da 2ª Região RJ/ES – Alexandre

257 Buzzani; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) – Mauro

258 Medeiros; Fundação Instituto das Águas do Município do Rio de Janeiro (Rio

259 Águas) – Georgiane Costa; Prefeitura da Cidade de Nova Iguaçu – José Arnaldo;

260 Prefeitura Municipal de Magé – Maria Aparecida de Souza Resende; Secretaria de

R. da Quitanda, 185- sala 402

Centro, Rio de Janeiro- RJ

CEP: 20091-005

TEL: (21) 2531-0309

[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)

[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)

br



261 Estado e Desenvolvimento Econômico, Energia e Relações Internacionais do Rio  
262 de Janeiro – André Luiz Medeiros de Souza; Prefeitura Municipal de Duque de  
263 Caxias – José Ribeiro Avelar Filho. **Usuários de Recursos Hídricos:** Águas do  
264 Rio 4 SPE S/A - Felipe Esteves; Colônia de Pesca de Caxias – Gilciney Lopes  
265 Gomes. **Sociedade Civil:** Universidade Iguazu – Gisele Dornelles Pires; Trama  
266 Ecológica – Jacqueline Guerreiro; Universidade Federal do Rio de Janeiro – Monica  
267 Maria Pena / José Paulo Azevedo; Viva Cosme Velho – Luciana Falcão.

268 **Faltas Justificadas:**

269 **Poder Público:** Prefeitura Municipal de Petrópolis – Carlos Alberto Muniz / Maria  
270 Isabel Lopes Costa. **Sociedade Civil:** Associação Ecocidade – Leandro  
271 Travassos / Leandro Macedo.

272

273 **Observador:** Elza Maimone – Coletivo Pescador com Dignidade.

274

275 **Encaminhamentos:**

- 276 1. Enviar, por e-mail, o regimento interno para todos os membros do  
277 Subcomitê;
- 278 2. Retirar, da ATA de outubro de 2023, o nome do Alexandre Buzzani Pacheco  
279 de Meirelles (CRBio 2ª Região) – não estava presente. Publicar a ATA da  
280 reunião dia 10/10/2023;
- 281 3. Revisar a ATA do dia 04/12/2023 e esclarecer sobre o trecho do PAAD  
282 "Ampliação do Monitoramento, contaminantes emergentes e avaliação de  
283 carne do pescado";
- 284 4. Enviar a gravação do dia 04/12/2023 junto com o PAAD 2024 e a ATA  
285 retificada para que a plenária verifique a redação da ATA;

R. da Quitanda, 185- sala 402  
Centro, Rio de Janeiro- RJ  
CEP: 20091-005  
TEL: (21) 2531-0309  
[cbhbaiadeguanabara@gmail.com](mailto:cbhbaiadeguanabara@gmail.com)  
[www.comitebaiadeguanabara.org.br](http://www.comitebaiadeguanabara.org.br)



- 286 5. A coordenação deverá sintetizar um documento sobre o ponto de pauta 4:  
287 Organização de definição de pautas e critérios para adesões comuns a todos  
288 os GTs e marco de contribuições (COORDENAÇÃO);
- 289 6. Enviar o link do calendário no site do Comitê:  
290 <https://comitebaiadeguanabara.org.br/calendario/>;
- 291 7. Enviar aos membros, planilha atualizada com a composição do Subcomitê e  
292 controle de presença;
- 293 8. Enviar os documentos norteadores do Projeto de Educação Ambiental  
294 (políticas públicas) e diretrizes de Educação Ambiental, aprovadas em  
295 Planária do Comitê que embasam o edital (JAQUELINE GUERREIRO);
- 296 9. Item 7 da pauta: Proposta de Monitoramento da Poluição na foz do rio  
297 Sarapuí e seus impactos no rio e nas famílias dos pescadores - marcar  
298 reunião com Oceanus, GT Pesca Artesanal, GT Chorume, GT  
299 Monitoramento, solicitando apresentação das atividades realizadas  
300 (COORDENAÇÃO);
- 301 10. Convite à Oceanus, para uma apresentação dos dados, indicadores e  
302 monitoramento (COORDENAÇÃO);
- 303 11. Enviar a gravação da Reunião Ordinária - RO, dia 08/02/2024, para os  
304 membros.

